

**POLÍTICA AFRICANA PARA O DESENVOLVIMENTO:  
UMA ANÁLISE DA AGENDA 2063 NO CONTEXTO DO PLANO *TERRA  
RANKA*<sup>1</sup>**

ARMANDO ARNALDO CORREIA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA (UNILAB)  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA  
E-mail: [armandoarnaldocorreia@outlook.com.br](mailto:armandoarnaldocorreia@outlook.com.br)

### **Resumo**

A política africana para o desenvolvimento é um componente importante nos desafios do continente e sinergia de sua materialização. O conceito de desenvolvimento põe em relevo o seu movimento de balança na interpretação e na relação de um dos conceitos que, talvez, mais tenha sofrido críticas em torno da sua formulação e aplicação. Nesse contexto, o objetivo desse estudo é analisar a política africana para o desenvolvimento a partir da Agenda 2063 e plano estratégico e operacional 2015 – 2020 *Terra Ranka* na Guiné-Bissau. A Agenda 2063 e plano *Terra Ranka* são considerados como documentos que se enquadram na estratégia de desenvolvimento do médio e longo prazo, também versam no exercício analítico para a produção deste artigo. A Agenda 2063 é um programa feito pela União Africana e funciona como um projeto de cunho continental que visa ao desenvolvimento para todo os países membros da organização – enquanto que, plano *Terra Ranka* versa sobre estratégias do desenvolvimento, mas especificamente para a Guiné-Bissau. Trata-se de dois documentos que analisamos, um que abrange o continente como um todo e outro que abrange o país. Tendo em conta a proposta do que foram trazidos no programa, surge a necessidade de percebê-las, por isso. O propósito do artigo consiste em descrever a relação dos dois documentos a partir da sua convergência e divergência – suas potencialidades enquanto métodos de uma abordagem teórico-empírica para perceber os documentos, discutí-las e delinear as estratégias de atuação no processo de desenvolvimento. Trabalhamos com metodologia da pesquisa bibliográfica e documental como ferramentas relevantes para um estudo analítico, aprofunda-se a lógica da pesquisa documental no sentido de dar destaque aos documentos.

**Palavras-chave:** África; Políticas de Desenvolvimento; Guiné-Bissau; Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> O *TERRA RANKA* é o nome dado pelo então governo de Domingos Simões Pereira (2014-2015) ao documento Plano Estratégico e Operacional 2015 – 2020, que se assenta em uma política do desenvolvimento a médio e longo prazo. Este nome é literalmente em língua crioulo (língua nacional da República da Guiné Bissau – um país oeste africano) que pode ter várias interpretações para o português. Isto é, *TERRA RANKA*: país dá passo para frente, país arranca, país desenvolve-se ou terra arranca – não há uma única tradução dado o contexto linguístico e a diferença entre português e crioulo, principalmente a carga semântica profunda do último. Tudo isto pode ser traduzido em um só sentido e objetivo – o desenvolvimento em todos as vertentes e indicadores, é o que foi desenhado dentro do “Plano Estratégico e Operacional 2015 – 2020 *TERRA RANKA*” com o objetivo direcionado para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Observação: esta é uma tradução nossa.

## Abstract

African development policy is an important component in the challenges of the continent and synergy of its accomplishment. The concept of development does not brought the unanimity of interpretations between the scholars; it is placed in the category of most criticized concepts regarding its formulation and implementation. From this angle, our study aims to analyze the African development policy from the 2063 Agenda and the document called strategic and operational plan 2015-2020 Terra Ranka in Guinea-Bissau. 2063 Agenda and Terra Ranka plan are considered as documents that fall into the medium and long-term development strategy, also be concerned in the analytical exercise to produce this article. The 2063 Agenda is a program made by the African Union and acts as a continental nature project aimed to stablish the development strategies for all members of the organization - while Earth Ranka plan deals with the development strategies but specifically for Guinea-Bissau. These two documents we reviewed, one has continental the continent actuation and the other is a political plan that aims to cover the country. Considering the proposal of which were brought into the program, we faced the need to understand them. The purpose of the article is to describe the relationship between the two documents, taking in consideration its convergence and divergence - its potential as methods of theoretical and empirical approach to realize the documents, discuss them and outline the action strategies in the development process.

**Key words:** Africa; Development policies, Guinea Bissau; Development.

## 1 INTRODUÇÃO

O século XX vivenciou várias lutas entre os colonialistas europeus que ocupavam o continente africano há vários séculos. Após a Segunda Guerra Mundial (praticamente de 1955 – 1975), ocorreram muitas negociações e lutas pela independência em vários países. Observa-se que foi nesse período que foi criada a maior instituição africana pan-africanista, a Organização da Unidade Africana (OUA), que em 1963 nasceu para dar respostas a dificuldades do continente, principalmente no tocante ao contexto político, econômico, social e cultural. Tal instituição, em 2003, passou a se chamar Unidade Africana, substituindo sua nomenclatura para encarar a nova fase do século XXI. Diante desse contexto, pode-se dizer que a Guiné-Bissau faz parte dessa história (MAYALL, 1980; HAFFNER; VIANA, 2013).

Situada na zona oeste da África ocidental, a República da Guiné-Bissau, assim como os demais países dessa zona, é banhada pelo Oceano Atlântico e tem superfície total de 36.125 km<sup>2</sup>. Na sua composição física, tem ligações fronteiriças com Guiné-Conacri ao leste e ao sul, enquanto que ao norte com Senegal. Sua população soma um total de 1.977,644 habitantes (dados de 2018). Os dois países fronteiriços fazem parte

da antiga colônia francesa. O território nacional divide-se em duas partes: parte continental e parte insular, que tem mais de 75 ilhas. Quanto ao nível administrativo, o país está dividido em oito regiões e setor autônomo de Bissau (capital do país) (TEXEIRA, 2015; POPULATIONPYRAMID, 2019).

De 1963 até a proclamação da independência em 1973, sucederam-se 11 anos de luta pela libertação nacional, desencadeada pelo Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>2</sup> contra o regime colonial português. Porém, a independência foi considerada unilateral, sendo que Portugal reconheceu a República da Guiné-Bissau como um país soberano apenas em 1974. O país culturalmente alegra-se de uma herança cultural, desde sua língua local e nacional para além do português, danças e gastronomia, o que evidencia a diversidade cultural até nas suas etnias que formam a sua população em geral (CARVALHO, 2013).

O Plano *Terra Ranka*, criado em 2015, constitui uma das agendas da política para o desenvolvimento, cujo objetivo consiste em realizar uma estratégia de intervenção do então governo perante a população no espaço de quatro a dez anos, passível normalmente de implementação na Guiné-Bissau para médio e longo prazo de execução. Enquanto que a Agenda 2063 foi criada em 2014 pela União Africana, é uma estratégia para mudanças sociais e econômicas da África no meio século, com objetivo de impulsionar a aplicação dos projetos do continente ainda em forma para que permita o evoluir da sua economia e desenvolvimento durável (UNIÃO AFRICANA, 2014).

Consideramos que uma política para o desenvolvimento pode enquadrar-se e articulações de ações em um período de curto, médio e longo prazo para sua efetivação, o que, por um lado, depende do tecido político e, por outro, da ambição sobre sua implementação.

O trabalho está centrado nas linhas do procedimento da pesquisa bibliográfica e documental (literariamente), bem como análise documental, adotando as rédeas de uma observação qualitativo. A organização do texto para execução deste artigo põe-se em

---

<sup>2</sup> “Segundo a versão consolidada, a 19 de setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre os povos guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano da Independência (PAI). Mas a fundação do PAIGC (sigla adoptada a partir de outubro de 1960) tem de ser vista como um processo amplo e com antecedentes, onde intervieram variadas personalidades, e que só se concluirá pela afirmação pública e organizacional do PAI/PAIGC no decurso de 1960. Esta reunião de 19 de setembro de 1956 e a intervenção de Amílcar Cabral terão sido — como decorre dos testemunhos coetâneos, incluindo os do próprio — apenas o momento do lançamento do PAIGC como ideia e organização nacionalista e, portanto, o seu essencial “momento constituinte” (SILVA, 2006, p. 8).

relevo em uma divisão de quatro seções, acrescidas das considerações finais, cada seção levanta sua ponte de reflexão. Assim, os critérios para avaliar as categorias, como, por exemplo, a homogeneidade interna e heterogeneidade externa, inclusividade, coerência e plusividade, marcam esta reflexão crítica-analítica. Como defende Sá-Silva (2009, p. 10), “deve-se prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados”.

Desta maneira, é importante frisar a relação das obras utilizadas na pesquisa: de Patrícia Magalhaes Ferreira, utilizamos “A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Um instrumento em prol do desenvolvimento?”; e de Ravi Karbur, destacamos “O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAEP): Uma Avaliação de Conceito e Plano”. No caso da análise documental – frequência de palavras –, neste caso, o desenvolvimento (período e contexto) como está colocado, de que maneira emerge aproximando-lhe com discussão teórica. Quando emerge, tem uma grande importância na produção e avaliação das unidades analisadas, que constituem e evidenciam o caminho percorrido mediante a análise documental.

A Agenda 2063 consegue aplicar a todos os países membros da UA na sua plenitude, na Guiné-Bissau, por exemplo, dado ao seu contexto específico? Quais parecem ser os objetivos e eixos centrais que estão intrinsecamente ligados entre a agenda 2063 e plano estratégico e operacional 2015 – 2020 *Terra Ranka*? Como está sendo executado o plano estratégico e operacional *Terra Ranka* na Guiné-Bissau desde sua elaboração em 2015 pelo governo da Guiné-Bissau? Como está ocorrendo o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento na África e, em especial, na Guiné-Bissau, e como plano estratégico e operacional 2015 – 2020 *Terra Ranka* contribui nesse debate pelas entidades que os elaboraram e no tecido acadêmico? As questões levantadas trazem à tona os dispositivos problemáticos que atingem as concepções-chaves que neles se inserem, trata-se de um conjunto de ideias que não ficam muito claras e com total coerência no documento. Estes problemas aqui expressos são centrais para o artigo e mais ainda para a reflexão ao longo da produção da escrita.

Entendemos que o desenvolvimento é um conceito de notória complexidade, revela primordialmente um ponto histórico e surpreendente, enquadrado dentro de um processo com uma característica especial endógena, o que põe em relevo que deve partir de um princípio de coerência e precisão na formulação da política para o desenvolvimento em diferentes níveis geográficos no cumprimento dos objetivos para erradicar a pobreza e ascender o próprio desenvolvimento (SCHUMPETER, 1964;

VEIGA, 2010; LOPES 2005; KI-ZERBO, 2009; FERREIRA, 2018). Quando nos debruçamos sobre uma sociedade que passou por um processo histórico de colonialismo, o que faz esse conceito parecer ou ser multidisciplinar, requer obviamente uma análise cuidadosa para não se cair em incógnita em uma época de dúvidas no que concerne ao desenvolvimento da África e de um país como Guiné-Bissau.

Por fim, o trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos a realidade da pesquisa e os passos do que adiante vai ser abordado. Na segunda seção, trazemos uma contextualização teórica sobre o desenvolvimento. Na terceira seção, nos debruçamos sobre a busca de um possível entendimento de desenvolvimento na perspectiva africana. Na quarta seção, realizamos uma observação minuciosa sobre o documento da agenda 2063 e plano *Terra Ranka*, onde passamos a analisar os dois documentos a partir de uma unidade identificada para análise, a fim de ter ciência da integração da palavra “desenvolvimento”. Por fim, na última seção, realizamos um remate cheio, trazendo os respectivos olhares sobre o que se considera importante para o desafio do desenvolvimento na Guiné-Bissau bem como em África, demonstrando também algumas questões que talvez fujam das agendas de desenvolvimento.

## **2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL**

O último século representou uma corrida densa em matéria diversificada sobre ciências, artes e cosmovisões com o intuito de saber diferenciar e explicar os fenômenos considerados como fatos sociais e sua funcionalidade. As ciências como economia, sociologia, história e relações internacionais tiveram uma presença muito importante na busca de uma resposta em relação a certas questões. Se a biologia procura responder as perguntas sobre a vida e sobre como seres humanos se reproduzem, a economia se debruça sobre bens e serviços de uma forma geral e a sociologia procura responder as perguntas sobre como seres humanos se conectam e como essa conexão é exercida no meio de dois, três ou quatro termos e assim sucessivamente.

É nesse sentido que os cientistas de várias áreas procuravam/procuram responder as perguntas: o que é o desenvolvimento? Para que serve o desenvolvimento? Como se deu a ideia do desenvolvimento e o desenvolvimento da ideia? O que se pode fazer no Pós-Segunda Guerra Mundial? Estas perguntas deixam espaço para incógnitas maiores

que o século XX procurava dar resposta, ou ingressar na ideia do desenvolvimento como sendo utensílio que a sociedade em geral, independentemente das circunstâncias, precisa adotar/materializar, onde parece algo que encaixam no seu conjunto. A política africana para o desenvolvimento está direcionada em uma perspectiva de estabelecer a ponte entre o modo de procurar afirmações claras sobre em que situação se insere o desenvolvimento na África e o balizamento por meio de mecanismos seguros no desafio de um dos séculos mais desafiantes em torno dos assuntos das ciências sociais e humanas para o quadro futuro promissor.

Estudos demonstram que o conceito de desenvolvimento começou a ser abordado no século passado na Europa e nos Estados Unidos de América, no final de um conflito que envolveu várias nações do mundo. De lá para cá, o tema tem sido uma das temáticas mais abordadas com carga polêmica nas ciências sociais e humanas, pois essas abordagens nem sempre foram ou são contextuais, empáticas, endógenas e, muito menos, locais. Por isso, economistas, antropólogos e, principalmente, sociólogos tem criticado bastante o conceito, chamando atenção para o contexto do surgimento da sua abordagem nos países do “centro” e o método da sua interpretação, o que pode, por um lado, resultar em uma abordagem mais convencional e esquizofrênica do que empática, endógena e local.

Por exemplo, se no Brasil dos anos 50 já se tinha a noção mais ou menos sobre adoção de um modelo de desenvolvimento que seria capaz (através do debate) de balizar o avanço desta nação em relação ao assunto, na Guiné-Bissau o assunto sobre o desenvolvimento era menos observado, dado a condição menos precisa que esta nação se encontrava (o país estava sob a égide dos colonialistas portugueses). Como conceitualizar o desenvolvimento a partir destas duas realidades históricas separadas? Qual é a conclusão que se pode tirar desta narrativa? Estas perguntas merecem toda atenção ao longo desse trabalho.

Segundo Carlos Lopes (2005), Rogério Roque Amaro (2018), o conceito de desenvolvimento teve seu caráter heurístico na época da guerra fria, inserindo-se a partir de elementos como “mudança”, “progresso”, “bem-estar”, “riqueza” e “desenvolvimento”, fazendo assim passar entre diferentes disciplinas científicas. Essa época constituiu diferentes pensamentos científicos que procuraram compreender e explicar a causa e as formas inerentes ao progresso depois do ingresso da modernidade, entre eles podemos citar Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Joseph Schumpeter, como autores mais citados.

Podemos destacar os pensadores africanos e pan-africanistas que tiveram/têm um papel importante sobre questões que envolvem desenvolvimento em perspectivas distintas, como Léopold Sédar Senghor, Kwame N’krumah, Julius Nyerere, Amílcar Lopes Cabral, Joseph Ki-Zerbo, Samir Amin e a geração depois, como: Toyn Folola, Elísio Macamo, Carlos Lopes e Achille Mbembe que discutiram/discutem diversas temáticas que pairam o domínio científico.

O desafio da nossa jornada de discussão teórica leva-nos a diferentes concepções sobre o desenvolvimento como conceito e seu panorama histórico – o foco não se resume ao nível da teoria especificamente – trata-se de uma discussão que, de um lado, é transversal a partir de uma abordagem situacional, e, de outro, não deixa escapar a abordagem do desenvolvimento político, social e econômico em algumas vezes que a produção da escrita nos impulsiona a trazer.

Os últimos vinte anos do século XX, o centro da atenção da produção teórica sobre o “desenvolvimento” tratava-se da mudança de página dos países ex-colonizados à mercê do “subdesenvolvimento”. Existem vários elementos que afirmam a existência e motivos que destacam a abordagem do conceito no pós-guerra (AMARO, 2003).

[...] o desenvolvimento surge de uma situação sem desenvolvimento. Todo processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o seguinte. Com isso a forma deste último é alterada e as coisas se desenrolarão de modo diferente do que o teriam feito se cada fase concreta do desenvolvimento tivesse sido primeiro compelida a criar suas próprias condições. O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1964, p. 74-75).

Esta concepção Schumpeteriana versa sobre uma explicação dianteira sobre circunstâncias diversas do surgimento e meio do desenvolvimento que não engloba todo o processo e suas bandeiras, chama atenção sobre inovação e desenvolvimento.

Na medida que o tempo avança, a concepção teórica do desenvolvimento vai ganhando novas paradigmas no seu estágio heurístico com diferentes cientistas sociais no mundo. Aqui, podemos elencar os intelectuais do Sul-Global que defendiam/defendem correntes teóricas contra a economia política. Neste caso, a teoria da dependência pode nos dar um repositório teórico de que a originalidade do desenvolvimento não é única e muito menos linear, mas, sim, há sempre uma separabilidade de modelos.

O conceito de desenvolvimento em termos teóricos vem mudando nas diferentes sociedades desde século XVIII até século XX, sendo que o ingresso da modernidade, o princípio da liberdade, fraternidade e igualdade e a independência dos EUA fizeram criar vínculo com a publicação de uma das primeiras obras que trata da teoria do desenvolvimento, “Riquezas das Nações”, formulada por Adam Smith. Esses ingredientes acabaram por mudar a vida dos indivíduos, pois podem e procuram explicitar o processo a partir do qual se deu o desenvolvimento (AMARO, 2003).

Deu-se a escalada das revoluções que repercutiram em fatores dos bens e estruturas, como a revolução agrícola, a revolução comercial, a revolução dos transportes e das vias de comunicação e a revolução tecnológica. Enquanto que, por um lado, não ficaram de fora as revoluções com cunho de ações e de pendor axiológico, como a revolução cultural e filosófica, revolução científica e revolução política. Estas revoluções, que tiveram lugar no século XVIII ao século XX, criaram um compasso gerador de uma guia sem limites do conceito de desenvolvimento, a Revolução Francesa e Revolução Industrial são elementos que definem os países desenvolvidos, ou seja, do “primeiro mundo” e própria concepção do crescimento econômico (AMARRO, 2018; VEIGA, 2010).

Assim, Giddens (1991) e Castells (1999), ao longo de toda sua escrita, trazem ideias que corroboram para a afirmação do desenvolvimento em suas diferentes etapas históricas e sociológicas. Conforme Giddens (1991, p. 11), a aproximação da ideia da modernidade como um conjunto de componentes adotados pelo indivíduo como “estilo, costume de vida e organização social” nasceu na Europa depois da idade média e depois ultrapassou as fronteiras europeias, acabando por ter efeito certamente em vários lugares do mundo, o que fez/faz gerar transformações sociais que até hoje são vivenciadas. Os fenômenos que deram lugar para a definição de uma “cultura material e digital” no século XX foram/são elementos que participaram/participam no desenvolvimento (como conceito e como meio) de uma sociedade diversificada, que transformou uma época onde a tecnologia assume um papel de extrema importância.

O tema do desenvolvimento continua a suscitar abordagens e controvérsias várias. Para uns, continua a ser um objectivo e um sonho a perseguir com determinação. Para outros, não passa de um mito, que continua a mobilizar e a atrair povos e nações, de forma não justificável, porque inalcançável. Para outros ainda, é uma peça de uma ideologia e de uma estratégia de dominação das potências sobre os países periféricos. Para outros, trata-se de um conceito “zombie” ou moribundo, que se impõe banir e substituir por outros mais

adequados. Para outros ainda, trata-se de um conceito em renovação, aberto a novos caminhos e pistas (AMARO, 2018, p. 77).

Esta premissa elucida que as abordagens sobre o desenvolvimento têm sido convergentes e divergentes, isto porque há autores que o entendem e interpretam como sinônimo de crescimento econômico, já outros entendem-no de uma maneira mais linear. Outro pensamento o define a partir do aumento qualitativo da dignidade humana e ainda há uma afirmação talvez mais utilizada nos debates nas últimas décadas para cá, como um conceito não fixo com menos facilidade interpretativa e que requer uma análise cuidadosa, dada a dificuldade que nele se insere e a diferença da vida social no mundo contemporâneo. Esta concepção cai nas rédeas de que o debate sobre o desenvolvimento nos finais do último século até aqui capta pensamentos diferenciais, que remam para a busca de mecanismos de respostas candentes.

Nesse sentido, nasceram adjetivos múltiplos associados ao conceito, visto que o momento exigia uma resposta útil sobre as ondas da evolução social. Os anos foram construindo adjetivos que compactuam com o desenvolvimento, quanto parecia sem adjetivo não dava a conta, ou seja, sua resposta era menos satisfatória a toda pergunta, definida com quadro de regras, desde a teoria até a prática, metodologias de uso através de diferentes instituições que trabalham para o próprio desenvolvimento. Estes conceitos são definidos por etapas graduais e sequenciais, tais como: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado etc., (AMARO, 2018).

Os adjetivos consistem em desafios para mecanismos de respostas ao surgimento de uma teoria exógena ao desenvolvimento que começa dentro. A lógica de inventividade conforme o aparecimento de novos problemas sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos evidenciam o mudar de página, por um lado, de aparecimento de métodos e agendas amplas na abordagem de assunto ora em voga. Observa-se que alguns conceitos devem ganhar ênfase nesse debate – o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento integrado.

Amaro (2018, p. 16) acredita que, o desenvolvimento sustentável é um conceito que consiste no uso dos recursos disponíveis no presente, de uma forma cuidadosa de modo a não afetar o presente da geração vindoura. Caracterizado a partir da “solidariedade intergeracional; da integração da gestão dos recursos naturais nas

estratégias de desenvolvimento e da durabilidade dos processos de produção e consumo inerente ao desenvolvimento”.

Por desenvolvimento local, considera que parte de uma forma essencial das resoluções das demandas e da cooperação para vida digna da comunidade local, tomando em conta a sua marca produtiva como ponto de partida central nessa resolução, baseada na coesão social em um vínculo mútuo das dificuldades e mecanismo de sua equação (AMARO, 2018 p. 16-17). Aqui, o desenvolvimento endógeno revela uma prática “a partir de baixo”, no qual a raiz é o ponto mais forte – esta definição não está totalmente clara, pois existem elementos teóricos que subsidiam a sua associação ao desenvolvimento local, mas isto poderia abrir um campo fértil e um debate longo, mas cabe-nos uma reflexão conjunta nesta arquitetura da teoria.

No entanto, o desenvolvimento integrado como conceito é um guia que engloba vários ciclos não iguais da vida e os caminhos de mudança, juntando a melhoria com seguintes vetores que possibilitam o seu próprio cumprimento e fortalecimento que exige,

[...] a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o lazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc (AMARRO, 2018, p. 18-19).

Esta premissa ajuda-nos a compreender a sincronização que existe dentro do desenvolvimento integrado, sua essência múltipla que não conta apenas pela dimensão filosófica e sociológica – também dos outros modos de viver ciência que têm papel fundamental no processo de desenvolvimento. Isto pode ser um ponto de partida para pensar um desenvolvimento capaz de abranger camadas excluídas ao longo da história do desenvolvimento. A próxima seção busca explicar a concepção do desenvolvimento na realidade africana.

### **3 COMO SE ENTENDE O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA AFRICANA?**

Nesta seção, realizamos uma abordagem um diferente sobre o desenvolvimento e a teoria clássica, procurando uma trajetória não linear do desenvolvimento e pensando

na perspectiva africana – as roupagens que podem traduzir o desenrolar desse conceito e sua percepção desde o local ao geral, o que não significa dizer que não há inquietações.

Para Sérgie Latouche (2004), na África, o desenvolvimento está presente nos holofotes do cotidiano e realidade próximas, a sua corrente teórica tem extrapolado as fronteiras da concepção humana. Cria-se como um panorama onde todos os anseios estão anexados. Essas visões assentam-se em que “seguir desenvolvimento” significa “ganhar projetos” ou “ganhar um branco”, que conclui no argumento de libertar de uma doença ou algo anormal encaixada no ser humano.

No entender do autor, o conceito da economia e desenvolvimento constituem-se uma ideologia baseada na hierarquia das sociedades, colocando o Ocidente acima de qualquer sociedade, o que não faz sentido em sociedades como *débrouille* e africana em geral. “Antes do contato com o Ocidente, o conceito de desenvolvimento não existia. Na maior parte das sociedades africanas, a própria palavra “desenvolvimento” não tem nenhum equivalente na língua local” (LATOUCHE, 2004, p. 5). Ainda que o desenvolvimento assuma nesta realidade uma dominação da natureza e espectros convencionais que consubstanciam uma determinada comunidade e sua crença para o próprio desenvolvimento.

O quadro histórico em relação à África no que tange ao desenvolvimento é visto sempre com preconceitos, baseados nas visões mais simplistas e sem nexos do diagnóstico acerca de um continente, (CORREIA, 2017). Em relação ao exposto acima (concepção de LATOUCHE, 2004), trata-se de uma visão metódica de como uma comunidade na África entende a partir das capacidades locais fazem seu percurso do desenvolvimento.

Isto acaba por sustentar a doutrina liberal econômica (economicismo), que postulou que o desenvolvimento se assenta no crescimento econômico como fator importante de vínculo. Estas doutrinas têm origem no mito que emergiu após a Segunda Guerra Mundial – economicismo; produtivismo; consumismo; quantitativismo; industrialismo; tecnologismo; racionalismo; urbanismo; antropocentrismo; etnocentrismo e uniformismo. Tiveram um papel central sobre o conceito do desenvolvimento, tanto de uma forma perspectivada bem como do que se espera de desenvolvimento, que revela um pacote legitimado de uso, permeado de utensílios para a prática do desenvolvimento (AMARRO, 2018). No presente, as premissas nos revelam que,

o enfoque limitado das antigas, e mesmo das recentes, abordagens de desenvolvimento é surpreendente. Elas falharam em reconhecer que: (i) esforços de desenvolvimento bem-sucedidos em muitos outros países, até mesmo no mundo desenvolvido, envolveram um papel ativo dos Estados; (ii) muitas sociedades nas décadas anteriores a essa atuação ativa do Estado – ou interferência, como é chamada por essas doutrinas – falharam em se desenvolver (de fato, desenvolvimento foi a exceção no mundo, não a regra); e (iii) ainda pior, determinadas economias da era anterior ao maior envolvimento do Estado foram caracterizadas não apenas pelos elevados níveis de instabilidade econômica, como também pelos amplos problemas econômicos e sociais (vastos grupos da sociedade foram, com frequência, excluídos de qualquer progresso) (LOPES, 2005, p.141).

Este argumento explica a evolução histórica do desenvolvimento – todavia, não parece um posicionamento fortemente coerente em termos do que seria o modo ideal e, além disso, traz pontos que merecem reflexão – não é o protecionismo mais viável? Por que seria inseguro e incoerente? As doutrinas predatórias são instrumentos baseados em espectros ideológicos, que fazem e que assumem, na maioria das vezes, os argumentos mais simplistas sobre o desenvolvimento. O caso da premissa de que o desenvolvimento é uma analogia do crescimento econômico, pensamentos contemporâneos dão a crítica bem forte sobre os equívocos cometidos pela lógica neoliberal. Quem confirma isso é Veiga: “o desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica” (VEIGA, 2010, p. 17).

Podemos entender o desenvolvimento como um conceito em direção à transformação ou mudança gradual no viés da educação, saúde, lazer, saneamento básico, meios de produção, bens e serviços, crescimento econômico, aquisição de propriedades, estabilidade governativa e equilíbrio democrático. Assim, assenta-se o desenvolvimento na perspectiva não linear, socializável, conhecimento do contexto e não pré-noção de todo arcabouço econômico e social (CASTEL-BRANCO, 2007). Com isto vale dizer que,

Para a economia, o facto do conceito de desenvolvimento, enquanto categoria semântica, ter um determinado campo de aplicação, com relações implícitas com os agregados da macroeconomia e da contabilidade nacional, faz com que não tenha sentido dizer que uma pessoa, uma família ou um grupo social são ou não desenvolvidos, mas sim que uma região, cidade ou país é ou não desenvolvido. Em contrapartida, para uma concepção de desenvolvimento multidisciplinar, já não é tão evidente essa limitação, podendo a sua aplicação percorrer um leque mais abrangente de estruturas e actores sociais (SANGREMAN, 2004, p. 8).

O reconhecimento da complexidade do desenvolvimento e de procurar premissas precisas na abordagem da temática demonstram que se deve assumir a capacidade no

tratamento de um tema que transcende as fronteiras de uma só ciência. Para Amaro (2018), no século XX, o desafio no que concerne ao desenvolvimento, não apenas na teoria, mas também na prática ultrapassa as premissas economicistas. Os críticos candentes (Boaventura de Sousa Santos, Sergie Latouche) que defendem outra premissa do desenvolvimento pregam a ideia do “pós-desenvolvimento” como ponte de saída para um novo uso, já que o desenvolvimento tem uma ideologia muito forte. Não vamos nos aprofundar nesse debate sobre pós-desenvolvimento, mas vale lembrar que é necessário um olhar com precisão sobre o conceito.

Toda corrente teórica da Sociologia leva em conta a evolução social, econômica e cultural na matéria das sociedades do sistema econômico e global. As estratégias que têm a essência de desenvolvimento neste caso entram em um confronto ideológico na perspectiva da definição do paradigma. A ideia do desenvolvimento e o desenvolvimento da ideia julga a definição das novas bases teóricas que consigam e possibilitam o caminho contra as amarras ideológicas de um desenvolvimento eurocêntrico.

Isto significa que as relações entre o Norte e o Sul são estabelecidas, não na base de uma oferta, mas na base de interesses e de poder. O que se chama desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países do Norte, em conformidade com as realidades, os interesses e os valores desses países africanos. Será necessária uma alteração copernicana, uma mudança de sentido das relações, para que haja um verdadeiro desenvolvimento. É claro que, em certos países, registrou-se uma taxa de crescimento interessante, mas trata-se de crescimento sem autodesenvolvimento. É nestes termos que convém colocar o problema e interrogarmo-nos se alguma vez estas condições foram realizadas na África para um verdadeiro desenvolvimento, que não estivesse a serviço do desenvolvimento de outrem. Em vez de apenas crescimento aritmético e estático, seria preciso um processo de progresso auto-sustentado. As árvores do crescimento não devem esconder-nos a floresta do desenvolvimento (KI-ZERBO, 2009, p.132-133).

O fosso que existe entre os países do Norte e do Sul teve sua gênese no século passado, criou o vínculo separadamente exógena e sem caráter dos princípios da reciprocidade entre espaços diferentes. A premissa do desenvolvimento neste meio é distinta em todas as lógicas. A política neoliberal imposta nas últimas décadas do século passado com suas receitas para os países do “terceiro mundo” consubstanciou a abertura do mercado doméstico e regional, implementação do sistema político, sem que muitos países do Sul estivessem prontos para tal. Esta lógica defendida pelos países do Norte fez emergir condicionalidades com efeito de muitas contradições internas,

principalmente nos países africanos, cujos Estados encontravam-se fracos e com falta de dinamismo do segundo setor na altura. Isto ainda nos parece vigente na Guiné-Bissau.

Nessa perspectiva, enquanto os primórdios da independência consistiam em adquirir uma vida mais adequada, afirmamos que não é surpresa que isso não tenha acontecido nas sociedades africanas, uma vez que os objetivos para esta condição de vida não estavam preparados. No início, aconteceu uma falha (ingresso do projeto neoliberal – com consequência para abertura de mercado) na estrutura, acarretando em erros para a construção de uma raiz do desenvolvimento. Todos os planos do desenvolvimento na África devem levar em conta o processo e o contexto (KI-ZERBO, 2009).

As alternativas que são delineadas pelas entidades africanas a esse debate de busca consensual africana precisam ser vistas de outro modo. Principalmente em relação até que ponto os países mais industrializados no continente podem, com seu lugar de privilégio, instrumentalizar outras nações com meios de industrialização. E como nesse assunto entram as instituições internacionais defensoras de uma política doutrinária por vezes à mercê dos países mais ricos, entram em choque os interesses (CASTELBRANCO, 2007).

As estratégias de desenvolvimento, cujo objetivo é promover uma transformação social em termos de expansão das liberdades humanas, auxiliam na identificação de barreiras, assim como dos potenciais catalisadores de mudança, além de oferecer maior apropriação e liderança locais no que se refere a esse processo. Mais ainda, há maior aceitação de reformas e maior participação no processo de transformação, se houver um senso de equidade e justiça no processo de desenvolvimento. A participação efetiva se traduz ainda em maior noção de apropriação especialmente quando se faz um esforço para formação de consenso (LOPES, 2005, p. 137).

Tomando como ponto de partida dessa premissa principalmente o panorama alicerçado no plano do desenvolvimento, as mudanças sociais assumem um componente em grande medida de viabilização de um documento, cujo propósito versa sobre o aumento das oportunidades de qualidade de vida, acesso à educação de qualidade, saneamento básico e funcionamento das estruturas de saúde de uma maneira cabal. Devem haver ganhos dimensionais, se toda essa caminhada inclui a integração de diferentes sujeitos locais, para igualdade de direito e princípios de imparcialidades de modo que consiga produzir sucessos. Esta visão é propícia para a política africana e para o seu desenvolvimento, na medida em que o papel do desenvolvimento integrado-endógeno é inerente.

Dessa forma, “[...] o desenvolvimento é a passagem de si a si mesmo, em um nível superior. O desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas” (KI-ZERBO, 2009, p.149). Esta noção de desenvolvimento exemplifica um processo no qual a objetividade não está isenta, pois entende a lógica do conceito de abertura das oportunidades sociais condignas e meios somatórios.

A afirmação de uma fórmula e paradigma de desenvolvimento como desenvolvimento endógeno foi uma luta pesada – na medida em que os simplistas e esquizofrênicos o entendem como um dispositivo de ameaça à modernidade e seus elementos, pois era urgente a explicação convincente de que isto já passou nos países do primeiro mundo e o que se fazia não era pegar e aplicar, mas era observar o que seria adequado ao contexto (KI-ZERBO, 2009).

Na sua defesa sobre o panorama de desenvolvimento na África, Ki-Zerbo defende uma ideia promissora e comprometida com situação africana, em que afirma que o “desenvolvimento endógeno” é adequado e ágil para adoção. Ki-Zerbo (2009) chama atenção acerca de não precipitar em determinar a linha sem uma observação minuciosa e acredita que houve barragem para que fosse incluso nas agendas das instituições globais (que diziam era antigo), que destacavam que o modelo já tinha sido ultrapassado.

O conceito continua a assombrar a sociedade em geral e as comunidades em particular. A lógica afirmada por vários autores traz em peso na interpretação e quanto mais como um conceito notoriamente histórico com posição de capacidade na procura de conciliação. Na última década do século XX, assumiu-se a percepção do progresso, o debate ganhou nova roupagem com novos atores políticos, sociais e econômicos, convém destacar a ingerência da modernidade na evolução do conceito do desenvolvimento. Uma abordagem na perspectiva africana enquadra-se como alicerce do que seria adequado a uma sociedade diversa e plural com mais valia.

Com todo esses elementos e percepções, é importante trazer algumas questões da nossa inquietação cotidiana, dado que se entende que a grande discussão do desenvolvimento perpassa pelas seguintes questões: quem decide o caminho de desenvolvimento a ser seguido? Como a sociedade não mudou? Como acontece o desenvolvimento? Onde estamos perante toda a lógica de construção e desconstrução?

Estamos perante uma evolução do conceito de estabilidade hegemônica, centrada na economia, aqui tradicionalmente definida como algo substancialmente mais vasto e poderoso. Onde há estabilidade, exerce-se uma

certa hegemonia e vice-versa. Só que a estabilidade passaria assim a ter conhecimento como centro. As comunidades, mais do que “a comunidade internacional”, podem constituir blocos de interesses epistêmicos, a jusante da hegemonia. Uma vez definidas novas normas, essas comunidades legitimam-se. O mundo está vivenciando um maremoto através dessas novas formas de hegemonia e legitimação. São elas que vão definir as fronteiras demográficas, as novas formas de encarar o papel do gênero em relação ao trabalho e poder, os limites aceitáveis das florestas, a luta pelo acesso à água potável ou a definição de luta contra terror. A internet potência essas novas redes normativas e cria por default não só uma nova arquitetura social mundial, mas também uma nova ética, tal como uma cibercultura está despoletando uma ciberética (LOPES, 2005, p. 33).

Talvez essa premissa não tenha trazido toda a resposta sobre as inquietações acima expostas, mas exalta uma reflexão relevante sobre a busca de uma posição conformista e não conformista em um condicionante recíproco – demonstra claramente o funcionamento do sistema global. Enquanto isso, a sociologia nos dá a base para essa compreensão da corrente hegemônica da nossa era, componente visível hoje, de modo que podemos observar quem define os fatos sociais e de como a internet exerce a coerção implícita no nosso dia a dia e ainda o poder que exerce sobre sociedade. É importante trazermos correntes teóricas, interpretá-las e fazer perceber de que nem toda corrente da teoria do desenvolvimento é clara na sua definição e muito menos ao constituir um conceito “universal”.

Uma pista da resposta prova que a sociedade é um espaço dinâmico, o sistema econômico vigente é catalizador da sociedade que estamos vivendo hoje (independentemente do viés), o desenvolvimento, por seu turno, ganhou novos contornos nacionais, regionais e internacionais.

Estamos perante um efeito dominó? Há possibilidades de a resposta ser sim – temos a noção que os meios podem justificar os fins e nem todo repositório teórico está explícito. Com a globalização multilateral permitindo o ingresso de subsistemas, marginalizam-se vários segmentos com diferentes níveis de percepção. A evolução do debate, de uma forma vertiginosa, deu lugar às novas formas de observação do desenvolvimento, ou seja, não ficou só, ou como desenvolvimento econômico voltado para o crescimento econômico – um olhar meramente minimalista a um conceito com dimensão para além das suas fronteiras.

Uma abordagem que ganhou notoriedade na mesa ainda no século passado pauta-se pelo viés que cobre as dimensões imprescindíveis da sociedade atual. De acordo com Lopes (1986, p.58),

O desenvolvimento é uma totalidade. É um processo cultural integrado que inclui valores como o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. O desenvolvimento é endógeno, só pode vir do interior da sociedade, a qual define soberanamente a sua visão e a sua estratégia, e conta primeiramente e sobretudo com as suas forças internas e com a cooperação com sociedades que partilham com ela os seus problemas e aspirações.

O entendimento da abordagem teórica do desenvolvimento e sua adjectivação constituem-se um grande método propício na composição da percepção do sistema capitalista, tanto no seu funcionamento como ciclo bem como do pendor neoliberal ora vigente. As circunstâncias adversas que esta sociedade atingiu exibem todo arcabouço histórico para julgar que o próprio fenómeno do desenvolvimento é também um discurso.

Se refletirmos nesse cenário, veremos que na sociedade atual, a trajetória do neoliberalismo económico produziu/produz a invasão do mercado, fazendo funcionar um panorama agudo contínuo na esteira da sociedade global. O capitalismo neoliberal mundial avançou em um percurso que atingiu mais de que 70% da população mundial, gerando a proliferação das desigualdades sociais e económicas e a polarização de bens e serviços, dando campo à opulência económica. A luta pelo combate à pobreza para aumento das oportunidades de vida a partir de diferentes segmentos sociais e, principalmente, os mais marginalizados em educação, saúde, energia e água, acabam tendo dificuldades na execução nesta senda.

O Brasil é um exemplo de superação da pobreza no século XXI, os governos de esquerda que assumiram as rédeas do poder de 2003 a 2016 deram um avanço exponencial e qualitativo na política de erradicação da pobreza, em geral fazendo gerar a mudança social e abrindo as oportunidades para os segmentos mais marginalizados na história do país. Isto porque estes governos “priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento económico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado” (SADER, 2013, p. 138). Ainda, “noutras palavras, há uma ampliação na taxa de ocupação em relação ao total da força de trabalho (isto é, uma queda do desemprego) e na formalização dos empregos da mão de obra, com a queda na pobreza absoluta” (POCHMANN, 2013, p. 146). No entanto, infelizmente, o avanço social em que o país se insere nesse período está em vias de retrocesso, dado ao novo governo atual.

Para pensar sobre mecanismos de intervenção nas políticas do desenvolvimento, será preciso um conjunto de elementos que podem ser úteis para colmatar a

estratificação social global, regional e nacional. Neste caso, a próxima seção discute as estratégias do desenvolvimento na África a partir da Agenda 2063 da União Africana e Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka” do governo da Guiné-Bissau em 2015, a partir do seu relatório II.

#### **4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA A PARTIR DA AGENDA 2063 DA UNIÃO AFRICANA**

Para o desenvolvimento do continente africano é preciso um delinear estratégias de desenvolvimento que envolvem vários atores sociais e políticas para sua execução, é neste sentido que surge a Agenda 2063 como desenhada pela União Africana e que ambiciona o caráter de atingir até 2063 uma África próspera e igualitária. Isto nos leva a trazer nesta seção uma abordagem que versa sobre estratégia de desenvolvimento mergulhando a partir da Agenda 2063.

A história do colonialismo foi/é marcada pelos primórdios do sistema capitalista neoliberal, introduzido formalmente nas últimas duas décadas do século passado nos países africanos, como receita para o avanço do dito “progresso”. Estes condicionalismos deram lugar à aceleração da opulência global entre países do Norte e do Sul nos últimos anos, causando, assim, uma linha divisória bruta entre os dois polos globais, ocasionando repercussões desvantajosas nos países africanos, na Guiné-Bissau especificamente.

O processo que justifica o alargamento das políticas econômicas direcionadas aos países africanos é, na maioria das vezes, tida como alavanca para o desenvolvimento desta sociedade diversificada. Mas o impacto é muitas vezes contraditório, pois se, por um lado, ainda não se alcançou a sua glória por uma questão esquizofrênica, por outro lado, é por seu espectro ideológico e menos prudência no desenho desta agenda, mas também da universalização dos paradigmas do desenvolvimento nas suas linhas mestras. Seria o que Giovanni Arrighi chamaria de *A ilusão do desenvolvimento?* – Deixamos isso para refletirmos durante essa jornada, mas também meu/minha caro/a leitor/a pode encontrar a resposta durante a leitura e tirar a sua inferência.

Castel-Branco (2007) considera, ainda nos escritos no que concerne ao continente africano, a deterioração e a ideologia dominante que coloca o continente nas margens negativas predefinidas desde os últimos cinco séculos, com condições

econômicas degradantes sem potencial, como um conjunto de países com meios culturais, tradicionais e históricos atrasados com forte ligação indiferente e por cima carrega toda arquitetura teórica defendida por um projeto ocidental de “uma África” (CASTEL-BRANCO, 2007).

As correntes economicistas, principalmente a neo-liberal introduzida nos anos 80 e 90, tiveram uma hierarquização aos países na sua introdução e colapsou-se sobre êxito da política que teve como um dos pontos “abertura do mercado e introdução à democracia” com suas próprias receitas para o segundo setor. Todas as receitas tachadas no continente batem com modos de produção do continente e sua vida social e por um processo cultural de desenvolvimento no presente (CASTEL-BRANCO, 2007)? . A questão vale para reflexão sobre lugar da África hoje na globalização.

Esta forma de montar a plataforma política como algo “linear” carece muito do quadro diversificada sobre o continente e ainda mais que nos chama atenção a política de “saques” sem precedentes, fundamentada a partir da concepção da “ajuda ao desenvolvimento”. Para Miguel de Barros (2019), o neoliberalismo na África, mais especificamente nos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), reduziu drasticamente o papel do Estado para o terceiro setor, principalmente nas zonas marginalizadas, jogando um papel de cuidador do desenvolvimento, tendo como raiz a procura de mecanismos de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” em uma onda de dois instrumentos da política externa. E, portanto,

Os seus orçamentos Gerais do Estado transformaram-se em autênticos exercícios de produção de dependência, sendo um dos modelos mais evidentes deste processo a celebração da Convenção de Lomé, firmada entre a Comunidade Económica Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Em termos de modelos económicos, os cinco países constituintes dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe) saíram de uma economia planificada para uma economia liberal, adoptando um sistema económico pouco atractivo [para o investimento privado] e pouco diversificado, orientado para o pagamento da dívida pública. Do ponto de vista político, aqueles países organizaram eleições multipartidárias (que nos países insulares e sem experiência de guerra pela independência – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - gerou mudança de regime), mas perderam a capacidade de definir e implementar as suas políticas públicas (BARROS, 2019, p. 83).

Dessa forma, o paradigma da dependência é uma das questões mais preocupantes para uma política governativa, por conta do fracasso do Estado em produzir uma economia independente. Os cinco países mudaram o seu paradigma económico, adotando um sistema externo menos contextual e mais excludente da sua

inerência, gerando, assim, um modelo de retorno dos recursos emprestados. Barros acredita que “[...] a ausência de um mecanismo endógeno de financiamento público para a intervenção da Sociedade Civil nestes Estados permitiu o seu florescimento como actor mais autónomo e interventivo[...]” (BARROS, 2019, p. 83).

A economia liberal gerou impulso da Sociedade Civil de uma “instituição autónoma” nestes países, para afirmação dos laços diretos com a comunidade e manuseio das estratégias de desenvolvimento local. Essa independência do terceiro setor é importante, não só no exercício de cidadania participativo, mas também para o equilíbrio social com maior engajamento no processo de desenvolvimento, na Guiné-Bissau esta tendência vigora-se cada vez mais.

Um Estado dependente torna-se refém da sua própria dependência, sem condição mínima para financiar o terceiro setor, a debilidade de autofinanciamento, a busca incessante de recursos externos para satisfação das suas necessidades, a falta de capacidade estatal na política económica constitui um entrave preocupante para a política do desenvolvimento. Esta situação é mais vigente na Guiné-Bissau, o que impossibilita a capacidade do Estado em responder a sua demanda interna para execução da sua estratégia política do desenvolvimento.

A compreensão da política africana para o desenvolvimento por meio da estratégia política visionária “agenda 2063” de longo prazo de uma organização mãe (União Africana) e estratégia política para o desenvolvimento “Guiné-Bissau 2025 Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka” Documento II: Relatório Final” de uma entidade doméstico (Governo da República da Guiné-Bissau 2014-2015) constitui aqui um dos objetivos de análise, principalmente no caso da sua formalização e da sua execução como documento que serve de ponte e de guia de plano de desenvolvimento para um período de curto, médio e longo prazo. Os dois documentos passam a ser chamados a partir daqui como agenda 2063 e Plano *Terra Ranka*.

#### **4.1 Agenda 2063 e o Plano Terra Ranka: entre os documentos e a teoria**

Nesse sentido, para sua compreensão, é mister trazer as premissas que constituem a sua observação, seu impacto e a lógica natural que foi construída enquanto documento para um fim de longa duração. A Agenda 2063 demonstra-se como um documento integrante africano para a implementação e alargamento de uma política a longo prazo. O ano 2063 é um ano para fim dessa agenda, o objetivo da sua escolha

emana de uma visão da natureza da fundação da organização (União Africana) pelo seu primeiro centenário como instituição que prima pela ampla defesa dos interesses do continente.

A unidade de análise é a primeira (I) seção, no total das suas sete seções, essa seção conta com nove subseções e seis pontos de destaque. Seu título é “1ª Aspiração: Uma África Próspera, Baseada no Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável”. Escolhemos essa seção, porque é uma das seções mais ambiciosas quando comparada às outras, seu título faz denotar em primeira observação o ponto que se quer desenvolver durante este período longo para sua execução. Atenemos que a unidade de análise nas suas seções alinha mais desejos de execução do que entendimento e vontade em destrinchar as armadilhas dos conceitos que nele se encontram. Seu público alvo são crianças, jovens e meninas, isto evidencia outro panorama da questão da sua execução. Principalmente se refletirmos sobre atual estágio político em que essas categorias se encontram em termos de oportunidade na matéria das políticas sociais voltadas a seu espaço tanto local bem como nacional. Podemos diretamente,

Estamos determinados a erradicar a pobreza numa geração e promover a prosperidade comum, através da transformação social e económica do continente. Aspiramos que até 2063, África seja um continente próspero, que tenha os meios e recursos para impulsionar o seu próprio desenvolvimento [...]. Até 2063, os países africanos estarão entre os melhores em relação ao desempenho em termos de medidas globais de qualidade de vida. Isto será alcançado por meio de estratégias de crescimento inclusivo, geração de empregos, aumento da produção agrícola; investimentos na ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; igualdade de género, capacitação da juventude e prestação de serviços básicos como a saúde, nutrição, educação, abrigo, água e saneamento. (UNIÃO AFRICANA, 2014 p. 2-3).

Assim, essa unidade de análise no seu corpus tem conteúdos em diferentes perspectivas: na perspectiva social, a unidade traz em peso a execução de softwares, fenômenos da pobreza e alavancar a mudança social e econômica do continente. Talvez seja essa uma das seções que mais tem ambição em termos do peso do conteúdo: primeiro, porque traz a mudança social como forma de atingir o objetivo; segundo, porque o desejo para atingir essa aspiração é alto. Perante essa lógica de aspiração, é necessário que levantemos algumas questões que podem ser úteis para subsidiar essa investigação analítica.

Segundo Lopes (2005), a incapacidade do funcionamento da agenda econômica introduzida nos anos 80 fez com que as Instituições de Bretton Woods tomassem protagonismo de criar e adotar Estratégias de Redução da Pobreza no último ano do

século XX, como agenda política que serve de ponte para cobrir esse fracasso, com o objetivo de crescimento econômico e redução da pobreza.

Estamos perante o 56º ano da União Africana e cinco anos desde que a agenda 2063 foi elaborada. Do ponto de vista social, qual é o seu avanço em matéria de desenvolvimento social? Qual é o impacto da agenda na Guiné-Bissau? Que inferência podemos tirar durante esses cinco (5) anos do documento na própria questão do desenvolvimento dado que aparece seis vezes na unidade de análise? Será que é cedo para levantar dúvidas sobre a execução plena da agenda 2063? Essas perguntas podem nos dar pistas de reflexão sobre até que ponto a agenda 2063 já avançou em matéria de desenvolvimento e em que condição encontra-se a Guiné-Bissau hoje no tocante ao cumprimento da agenda. Atentemos que se trata de um trabalho sobre pesquisa documental, daí a importância das questões que nos permitam refletir e dar pistas nos debates alternativos.

A redução da pobreza no mundo, em especial no continente africano, é um desafio que supera as fronteiras de um documento político. Observamos que já vai completar 5 (cinco) anos da natureza da agenda 2063. Apesar que União Africana não é uma instituição de aspecto econômico, mas convém ressaltar as falhas históricas das outras entidades globais, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos projetos que não atingiram o sucesso – ajustamento estrutural dos anos 80.

Do ponto de vista teórico, a agenda 2063 é frágil e nos coloca à beira de uma desconfiança teórica. A relação do desenvolvimento que nele se encontra não leva em conta a complexidade do conceito como um dos conceitos mais difíceis tanto na teoria bem como na prática, como o debate acima mencionado exhibe. O aparecimento de desenvolvimento na unidade está centrado como um instrumento sociopolítico e em uma visão progressista. Por isso que Amaro (2018, p. 105) nos lembra que o desenvolvimento não passa de:

Uma história feita de sonhos e pesadelos, de ilusões e de desilusões, de empolgamentos e euforias e de frustrações e desânimos e até desistências. Uma história feita de encontros e desencontros, de histórias bonitas e outras feias, de solidariedades e apoios desinteressados, mas também de dominações e explorações, de convicções, mas também de oportunismos [...].

A prática do desenvolvimento leva-nos a uma encruzilhada de dimensões e lugares pouco satisfatórios. Quando não há a capacidade da formulação da sua política e de supervisionar perante as diferentes estruturas corre-se o risco do vazio do documento, apesar de ainda não ter completado cinco anos. Oportunamente, o documento é suscetível de hermenêutica – todavia, exige uma posição com repositório teórico e prático, ou seja, de uma forma heurística.

Há pontos que produzem homogeneidade e sentido de atuação. Em nenhum momento, o documento ressalta ou chama o nome de um país africano, que pudesse entender como seu alvo ou que já atingiu um patamar de desenvolvimento. Este lado do documento exorciza a importância e destaque dos países membros da União Africana. Isto seria necessário para que o debate propriamente da viabilidade do documento possa servir de meios de aprimoramento.

Portanto, a Agenda 2063 serve como elemento crucial no desafio do continente africano, sendo que a sua aspiração joga um papel preponderante no pensamento africano, tendo como base as ideias da história como fonte de superação de todos os dilemas que o sistema global se imponha? A unidade de análise provém da 1ª Aspiração, contém três motores para sua intervenção no continente. Segundo Ferreira (2017, p. 57) na sua visão sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) considera que a Agenda 2063:

[...] constitui a visão do desenvolvimento para o continente a longo prazo e a sua definição foi um processo participado de debates e consultas, ao nível regional e continental. Para além de definir as principais “aspirações” africanas, identifica também metas específicas nomeadamente, reduzir a dependência da ajuda ao desenvolvimento em 50%. Para que possa promover a CPD, é necessário, contudo, que sejam definidos indicadores claros de monitorização, que seja assegurada uma coerência com a “Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável e que seja reconhecida pelos países e regiões africanas como a estratégia enquadradora dos objetivos de desenvolvimento para o continente” “A incoerência entre políticas constitui um problema em todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, com custos económicos e de ineficácia, e a prossecução de abordagens mais integradas e abrangentes é um desafio para todos os governos e intervenientes nos processos de desenvolvimento. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento é simultaneamente um conceito, uma abordagem e um instrumento que visa analisar as várias políticas pelas lentes do desenvolvimento, identificando incoerências e possibilidades de sinergias, para integrar devidamente todas as dimensões do desenvolvimento: económica, ambiental e societal.

A concepção e reconhecimento da Coerência das Políticas para o desenvolvimento sobre a Agenda 2063 demonstra uma parte da mobilidade conjunta na

elaboração do documento e a sua riqueza. Assim, a CPD institui dúvidas sobre a definição limpa no que concerne à dínamos de monitorização que tenha um campo forte de positividade com dimensão sustentável e ainda que mobiliza a garantia de todos os membros da União Africana como plano que cinge nos objetivos do desenvolvimento da África. Reconhece, ainda, que a negatividade de uma política voltada ao desenvolvimento precisa reunir todas as condições necessárias para que se possa atingir seu objetivo, enquanto chama atenção sobre o papel que a CPD pode dar nessa situação. É nesse sentido que entendemos que os elementos citados no CPD deveriam ter lugar no documento, não só na sua abrangência, mas também do sentido produtivo que o documento pode demonstrar.

#### **4.1.1 *Terra Ranka* como Agenda de Política de Desenvolvimento na Guiné-Bissau**

A primeira unidade tendo como título “VISÃO: A Guiné-Bissau 2025” consiste em uma ferramenta passível de análise por meio de uma busca incessante da sua viabilidade, e quanto mais sua coerência e incoerência no processo da sua para execução, dos conteúdos, a identidade da palavra desenvolvimento – sua evolução passa pelo crivo teórico.

De ponto de vista político, na Guiné-Bissau, o “Plano *Terra Ranka*” foi criado após um curto período de transição política (dois anos e 4 meses de um governo de transição), resultado do golpe de Estado de 2012 (a classe castrense fez quebra do poder político de uma camada no poder, enquanto isso uma camada de elite política assumiu o poder durante 2012-2014), período em que o país mais experimentou déficit de governança e deficiência das suas instituições de soberania quanto aos seus objetivos. A nível social, registrou-se baixa nos indicadores do setor de educação, saúde, emprego e outros pontos de *basic need*. Enquanto isso, o fenômeno marcou profundamente os indicadores econômicos e de paz democrática no país oeste africano com menos de dois milhões de habitantes (CORREIA, 2017).

Após este período de um governo sem compromisso democrático (governo de transição formado em 2012-2014), o governo que assumiu o poder em 2014 (então governo de Domingos Simões Pereira), por meio das eleições gerais populares, delineou seu plano operacional de longo prazo (Plano *Terra Ranka* feita em 2015) como dispositivo emergencial em resposta à situação que o país atravessava, isto é, crise política e econômica com repercussões nas esferas sociais.

Esta unidade “Uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade” do documento congrega seções e subseções que servem de fruto de um processo de desenvolvimento durante um período de 10 anos.

Para desenvolver plenamente os motores do crescimento é necessário que os fundamentos da competitividade estejam implementados. A Paz e a Governação representam uma prioridade do mais alto nível. O eixo Biodiversidade e Capital Natural tem por objectivo preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais do país (GUINÉ-BISSAU, 2016 p. 19-20).

Observamos que nas três principais seções – seus títulos marcam a coerência de uma ambição satisfeita enquanto seções que requerem mudança constante, durante toda a narrativa da unidade, antes do começo destas seções –, há 6 pontos no documento que vislumbram o posicionamento da Guiné-Bissau até 2025.

Com o título “A VISÃO: A Guiné-Bissau em 2025”, esta unidade I no documento parte de um ponto de vista do que será a Guiné-Bissau em 2025, trata-se de um processo de longa duração que começa a partir do momento da sua “execução”, trata-se do ponto de partida de tudo o que está escrito. Evidencia-se um sentido essencialista, colocando a uma pergunta retórica como ponto de partida para o destino ao longo da execução do plano, entende-se isto como uma retórica da inculcação do progresso. Na busca de uma resposta dessa questão indutiva, a unidade demonstra que a chegada em 2025 será o fim da narrativa do que hoje no corpo do documento se constrói e define a estrutura social coesa e durável enquanto espaço de vida como desafio para bem-estar – constituem a meta do desenvolvimento social em um pendor racional.

Enquanto contexto histórico, julgado pela ambição e de visão de realidade incoerente que deve ser superada principalmente pela categoria mais quantitativa em termos populacionais pertencendo ao estágio de agentes com desafio de mudança e de ambição política –, a unidade põe em relevo a construção da sociedade guineense após um ambiente adversativo que resultou em uma sociedade independente e de paz social – em seu processo, o plano 2025 tem como fim o progresso, mas, por um lado, traz uma concepção teórica de conceito que desafia o país ao longo da história do seu desenvolvimento, entreve que tem que ser ultrapassado – pondo a meta final como glória da nação. Observamos que isto é um imperativo, não apenas nacional, mas também regional e global.

Tudo isto não parece constituir o desenvolvimento como quimera (como demonstra a obra do Giovanni de Arrighi, 1997) de um país de “terceiro mundo” que acabou de sair de um estágio de “(des) governação” e desencontro político em um mundo em constante transformação e do modo que o país se encontra? Como o “subdesenvolvimento” não pode justificar os meios e os fins? Será de fato a juventude como agentes de mudança – todavia sem prática do trabalho da mesma categoria como parte de mudança da conjuntura atual (época da elaboração do documento)? Estas questões produzem elementos que podem nos levar ao exercício de reflexão sobre o Plano *Terra Ranka*.

Arrighi (1997) evidencia uma visão de imaginação sobre o desenvolvimento nos países do Sul Global, trata-se de uma tese que traz à tona o ponto principal da busca de equilíbrio a nível social dentro de uma lógica totalmente mecânica da economia política, composta pela “burguesia” mundial dos países “desenvolvidos” com efeito nos países da “semiperiferia” e “periferia”. No entanto, de uma margem que divide “centro” e “periferia” com vias de ultrapassar, mas com nenhuma tendência provável, dado a condição no qual a pequena categoria do “centro” se encontra, daí que o desenvolvimento seria impossível. Esta é uma visão pessimista que não leva em conta diversas variáveis nestes países, apesar do seu respeito a estes países, a teoria social é a base de uma explicação satisfatória sobre a luta de superação, um exemplo de materialismo histórico que pode ser capaz de explicitar.

A primeira seção define meio ambiente como valor máximo e propõe a sua preservação e adequação, trazendo a perspectiva de componentes que podem criar o avanço econômico e social – versa sobre um pensamento indutivo para a necessidade de capacidades de enfrentar o desafio contextual. A narrativa revela a ambição de organização dos recursos nacionais que produzem bens e serviços para geração de emprego e tendência para uma convivência humana no período de dez a vinte anos. Enquanto isso, o setor de lazer, energia e gás constituem armas para superação do “subdesenvolvimento” que permitem o encontro de capital econômico e material. Será que a lógica do ambiente não é o propícia? Que lições podemos tirar disso?

[...] É nisso, e nas limitações inerentes ao enfoque convencional da economia, que reside um dos problemas centrais para a compreensão do *desenvolvimento sustentável*. Pior, depois que entrou em moda, o adjetivo “sustentável” substituiu na linguagem do dia-a-dia algumas noções muito próximas, como “firme” ou “durável”. Essa banalização faz com que ele acabe sendo muito usado para qualificar um crescimento econômico que não

seria passageiro, instável ou oscilante, ou mesmo para se referir à consistência dos mais variados tipos de fenômenos. Assim, até em fofocas sobre algum casal famoso arrisca-se ouvir inquietações sobre a sustentabilidade do relacionamento... (VEIGA, 2010 p. 188)

Não há nenhuma incoerência ou ambiguidade na chamada de atenção que o argumento acima exposto nos evidencia. A experiência humana a partir da estrutura social, a leitura cotidiana da realidade social e a experiência de Bacharelado em Humanidades até aqui (licenciando em Sociologia) confirmam o uso constante do adjetivo em muitas ocasiões, até mesmo científicas e não científicas, mas que carecem da sua noção teórica e seu papel enquanto adjetivo do desenvolvimento em um século desafiador, tornando válida a crítica de Veiga.

Na segunda e terceira seção, constam (Re) definição do ambiente político estável; mobilização da estrutura social com intuito de estabelecer o vínculo efetivo para o sistema político de capacidade real; criação de mecanismo contra violência; preservação do encontro político que permita o vínculo por meio de sistema político coerente e ganhador de fruto – destacando que a meta do longo período que encontra na unidade I consiste em criar o software e mecanismo educativo como base para a vivência na sociedade guineense a nível do reconhecimento mútuo –, do mesmo modo incentivar um espaço de confiança nas relações naturais, ou seja, de harmonia entre a natureza e os homens com respeito e reconhecimento como forma de atingir o objetivo racional e um ambiente futuro sem calamidades naturais. Assim constituem ferramentas para colmatar a insegurança e tensão política e social e, ao mesmo tempo, manter a coesão social a nível nacional.

Não é o desenvolvimento sustentável uma armadilha e erguido de nudez enquanto forma de retrocesso teórico? Estamos perante uma espécie de queda heurística e a incapazes de dar pistas de respostas ao desafio que o século XXI nos coloca? Não estamos criando um corporativismo dos adjetivos que ao invés de servir de exemplo da sociedade, serve de exemplo das relações de afeto explicadas pela filosofia e psicologia? Em que ponto chegamos? Estas questões abrem caminhos para pensar a cada momento em que o desenvolvimento sustentável se insere.

Por que o desenvolvimento sustentável é questionado acima? Porque há um diálogo constante do desenvolvimento sustentável no documento. É importante enfatizar a importância que esta unidade tem mediante todas as unidades observadas no documento, pois parece revelar um centro de atenção quando comparada às outras

unidades. Nesta ótica, demonstra credibilidade no seu corpus e o significado da história no presente – todavia nem todos os dados são qualificáveis, as categorias produzem laços internos, mas não provam coerência futura. Existe, de todo modo, possibilidades, porque o próprio documento circunscreve-se na lógica de possibilidades, observa-se que isto não a tira do lugar que deveria assumir totalmente em termos da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD). Por isso, talvez seria importante adotar o mecanismo da CPD que,

[...] pode também ser um instrumento de monitorização das políticas públicas nos países africanos, ao nível interno e nacional. Em todos os países, a tomada de decisão política é complexa e sujeita a interesses variados e, por vezes, contraditórios. A CPD reconhece estes conflitos e pode ser um incentivo para abordar os interesses de vários intervenientes e interessados, na medida em que confere voz àqueles que são afetados pelas políticas e encoraja tomadas de decisão mais participativas e informadas. Ao permitir a expressão de várias perspectivas, permite também ter conhecimento de novas propostas e opções, que de outra forma não seriam sequer equacionadas [...] Os objetivos de promoção da CPD no contexto nacional dos países africanos podem ser facilmente adaptáveis do que a OCDE considera os objetivos gerais da CPD: (i) explorar o potencial de sinergias positivas entre várias políticas, para promover o desenvolvimento e tentar atingir benefícios mútuos; (ii) aumentar a capacidade de o governo equilibrar interesses divergentes em termos das várias políticas, bem como de conciliar os objetivos de política interna com os compromissos e objetivos no plano global; (iii) evitar ou minimizar os impactos e efeitos negativos de várias políticas no desenvolvimento (incoerências) (FERREIRA, 2017, p. 56).

A lógica da CPD como software de pilotagem dos dispositivos documentais das políticas para o desenvolvimento tem um potencial rico para adequação dessas políticas. Sociologicamente, as agências políticas negativas que podem surgir ao longo da execução do plano podem ser detectadas por meio de vácuos descobertos na avaliação ao servir de um presságio para situações de imprevisibilidade, principalmente no caso dos Estados frágeis com baixa rentabilidade, como o da Guiné-Bissau.

Para além do CPD, existe o Mecanismo Africano de Avaliação de Pares (MAEP), apresentado pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) com pendor de tornar viável e exequível as políticas voltadas para o desenvolvimento nos países membros e próprio da organização na avaliação dos pares, que, por seu lado, tem uma tarefa importante de pilotar estes documentos através do seu método em que designa a “competência, independência e competição” como componentes de avaliação dos pares para os países africanos que aderirem voluntariamente (RAVI KANBUR, 2014).

Na unidade I do Plano *Terra Ranka*, a identidade numérica da palavra “desenvolvimento” aparece vinte e cinco vezes, pois é permeado de múltiplas versões, no qual cada posição assume sua relação com o parágrafo, a subseção e a seção. Desenvolvimento apresenta-se só, com e sem adjetivos, com preposições e outras palavras adicionais. O desenvolvimento em si aparece mais de uma vez, o desenvolvimento sustentável aparece quatro vezes e mais duas como durável, completando, assim, seis vezes, enquanto que subdesenvolvimento aparece uma vez com carga teórica sintética ou minimalista literalmente com coesão textual, trata-se de uma palavra como conceito.

Por um lado, identificamos o desenvolvimento com teor de parcerias técnicas, desenvolvimento inclusivo, desenvolvimento harmonioso, desenvolvimento humano, desenvolvimento urbano, porém ressaltamos que não estabelecem relações teóricas para o propósito no qual se inserem. Por outro lado, todo o conjunto observado como identidade do desenvolvimento leva-nos preferencialmente a inferir que o desenvolvimento é o conceito chave na unidade de análise e de modo geral no Plano *Terra Ranka*. Enquanto isso,

[...] o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material (AMARO, 2018, p. 10).

Este tratamento do desenvolvimento faz lembrar que a modernidade ocidental é uma das primeiras na mesa para definir o conceito do desenvolvimento, a partir de um só veículo. Chegou em um momento em que deu a ruptura com todas as metodologias utilizadas na vida social, antigamente vistas como uma pedra no desenvolvimento em diversas áreas que compõem esta sociedade, onde tudo devia ser formulado a partir de uma metodologia moderna com princípios “certeiros progressistas” desde setores rurais até urbanos, com a industrialização dos meios de produção para desenvolvimento. Esta lógica da modernidade ganhou pistas de debate no campo das Ciências Sociais e Humanas sobre o desenvolvimento, com um ponto central dominante de que a lógica do desenvolvimento se assenta dentro dos princípios modernos, isto era/foi/é o pacote definido e levado a outros países “subdesenvolvidos”. Esta premissa é interessante ao ponto de revermos o que foi feito e o que teve falha, de modo a não entrarmos em uma falha histórica.

As mudanças estruturais mapeiam o pensamento de Schumpeter (1964), pois o autor acredita que a inovação é o centro de desenvolvimento de uma sociedade que queira a mudança social. Isto nos faz perceber que a própria modernidade é o ponto gerador da ruptura dos produtos velhos a novos produtos. Essas mudanças podem ser feitas a partir das forças produtivas no sentido de inovação – transformação produtiva – mudança social – acumulação.

Esta premissa é a base da teoria do desenvolvimento econômico defendida por Schumpeter (1964). O papel do Estado como uma força viva é necessário para entendermos o de que modo se pode consubstanciar e fazer com que a economia, o capitalismo, o Estado e o Planejamento continuem a ser agenda do debate sociológico. Pela conjuntura atual mundial, a inovação é o alimento potencial no processo de desenvolvimento, todavia algumas questões do desenvolvimento econômico precisam ser observadas com muito cuidado. Isto faz com que nenhuma das opções sejam descartadas, tendo em conta o sistema econômico ora vigente.

Percebemos, assim, que a noção de desenvolvimento carrega espectros ideológicos daquilo que Giddens (1991) nos chama atenção sobre a “descontinuidade” de um período tradicional, migrando assim para o período moderno, que ganhou notoriedade e repercussões em todo país do Norte Global e do Sul Global, o exemplo disso acaba de ser explícito por Amaro (2018). As relações da identidade do desenvolvimento, do seu complemento, do uso abusivo de um adjetivo, da pouca concepção teórica na unidade de análise primam não só pela homogeneidade interna da unidade e quanto mais pela sua heterogeneidade externa, e permitem abertura de um campo fértil da unidade, que parece versar de ambiguidades do ponto de vista da teoria e de uma abordagem metodológica menos prudente – contudo não perde a sua relevância e seu valor enquanto unidade pertencente a conjuntos de unidades observadas no plano *Terra Ranka*.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A globalização tem permitido a conexão e interconexão das pessoas em todos os cantos do mundo. Por um lado, tem feito as estruturas nacionais, continentais e globais recorrerem a uma espécie de desafio que paira sobre o mundo atual (social, natural econômico e político, cada vez mais próximos um do outro) no sentido de agir mais rápido do que o tempo, e por outro lado, coloca-nos na mesma senda, a corrida a

contratempo contra as síndromes presentes no nosso tempo, bem como da época que pode contagiar o panorama futuro. Recordamos que objetivo do artigo é analisar a política africana para o desenvolvimento a partir da agenda 2063 e o plano estratégico e operacional 2015 – 2020 *Terra Ranka*.

Tendo a agenda 2063 como estratégia da política africana para o desenvolvimento a longo prazo, sua perspectiva de execução perante o século XXI consubstancia uma arquitetura mais ampla em cada país, na medida em que o país identifica na agenda o ponto necessário e que constitui uma lacuna no país para que se possa cumprir. Esse ponto de vista é necessário para a conciliação da agenda continental e a agenda nacional, com vistas ao estabelecimento de um diálogo mútuo – isto demonstra amplamente o papel que a agenda 2063 e plano *Terra Ranka* podem desempenhar mediante esta ambição.

A concepção duma visão endógena–integrado manifesta a tarefa de não deixar escapar cada ponto ou elemento de alicerce, que enaltece o equilíbrio da realidade de modo que as sinergias somem umas às outras, enquanto que os mecanismos de respostas sobre o desenvolvimento sejam propícios a cada realidade ora observada.

Entendemos que há menor probabilidade para atingir os objetivos da política africana para o desenvolvimento na África se os compromissos políticos não forem assumidos por todos atores em questão – a fraca capacidade no cruzamento de diálogo permanente na busca do desenvolvimento de um país constitui não só o avanço no processo de desenvolvimento, mas também no próprio processo de consolidação democrática.

A política africana de desenvolvimento deve assumir esta postura, a agenda 2063 como sendo uma estratégia gigante da política africana para o desenvolvimento a longo prazo com elementos ambiciosos, ainda joga um papel de extrema importância na configuração da transformação da sociedade africana em geral. A visão do desenvolvimento a longo prazo que a agenda 2063 e plano *Terra Ranka* assumiram não é desestabilizador, pelo contrário são bem-vindos no quadro do debate das estratégias do desenvolvimento na África. Pois tomar o ponto de partida a partir da CPD e MAEP seria uma questão preponderante na elaboração, no uso de métodos e principalmente na execução destas estratégias de desenvolvimento a longo prazo. A materialização de todas estratégias de desenvolvimento só se torna possível em um país como a Guiné-Bissau, quando o espírito de governança e sentido de Estado forem assumidas pelas entidades envolvidas no processo de desenvolvimento.

Particularmente no caso da Guiné-Bissau, a matéria de governança política sofreu ainda mais um déficit em torno da estabilidade política e uma descida preocupante no processo de tomada de decisões no campo político, o que acaba tendo consequências sem precedentes na aplicabilidade das estratégias de desenvolvimento vinda por cima (através do governo ou Estado em geral). É neste caso que o plano *Terra Ranka* assume uma posição de retrocesso e não aplicabilidade doméstica por questões dos estágios de (des) governação política e um déficit de confiança entre os atores políticos estatais, o que faz com que o plano tenha perdido o rumo de sua aplicação durante este período (2014-2018), porque o agente da sua aplicação caracteriza-se pelo executivo – enquanto que a situação do funcionamento pleno do executivo tem deixado uma lacuna grande.

No entanto, no *plano Terra Ranka*, vários projetos e programas estão presentes e que devem receber verbas externas para sua implementação, uma vez que o Estado carece de um financiamento endógeno. Entendemos que devem ser criadas as condições para geração de recursos econômicos que possam credibilizar o Estado, pois nenhum país pode conseguir isso se o debate sobre os próprios problemas do Estado está quase minado ou assume um pendor político.

A lógica da CPD funciona de uma maneira de tornar mais ágil para garantir a funcionalidade das estratégias para o desenvolvimento. A interdependência dos Estados trazida pela globalização, as discussões que se podem fazer sobre o próprio conteúdo das estratégias para o desenvolvimento, os desdobramentos da aplicação dos planos constituem o destaque crucial da CPD para os meios do desenvolvimento, principalmente em longo prazo. Ao MAEP como instrumento capaz de procurar afirmar equilíbrios e prioridades de interesses no processo de desenvolvimento também é importante sua entrada nos planos estratégicos de desenvolvimento, sendo que isto se trata do próprio *plano Terra Ranka* que poderia estar em pleno execução, se não for por interferência da instabilidade política nodal verificada no país nos últimos anos.

Portanto, é muito importante que, primeiro: todos os atores de *Terra Ranka*, para gerar a mudança social, devem ter noção dos desafios da execução da estratégia do desenvolvimento, isto é, no quadro do envolvimento de todos os grupos de interesse principalmente políticos; o sucesso da *Terra Ranka* depende do pacto político e social com apoio de CPD e MAEP no fazer do diagnóstico e prognóstico, no sentido de não deixar escapar outras interferências ocultas.

Nesse sentido, exigem um compromisso sério no campo político para captação dos recursos que possam subsidiar a mudança efetiva em torno da estratégia do desenvolvimento no qual *Terra Ranka* assume na Guiné-Bissau, que independe exclusivamente do executivo que tomou o protagonismo e as rédeas, mas também de todas as instâncias do poder político e o próprio desempenho da sociedade civil será de fundamental importância no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

As agendas deixam muito a desejar no pendor teórico e dos agentes da sua execução (compromisso político). Há uma corrida constante para alcançar o fim como ponto de chegada, o que pode tornar decadente o seu cumprimento. Não está mal colocado o desenho de uma agenda continental e local como política para o desenvolvimento, muito menos há mecanismos prudentes e com espírito de inovação – perante situação de adversidades, encontrar alternativas potentes para escrever a história do desenvolvimento em um país e continente que a história da humanidade torna a contrapé.

O diálogo recíproco e comprometido entre atores políticos com intenção de paz social e estabilidade governativa e democrática para um ambiente pacífico enquanto espaço durável carrega o emergir propício para a criação de recursos humanos capazes de enfrentar os desafios atuais em esfera doméstica, continental e global – sua valorização como agentes de transformação em que o financiamento endógeno deste próprio *Terra Ranka* pode ter vantagens propícias e, conseqüentemente, lograr as inspirações da agenda 2063 – tudo torna-se uma realidade com espírito de transformação. Para isso, é preciso haver um canal de debate contínuo sobre o processo de desenvolvimento não só a nível nacional, mas também a nível continental no que concerne às estratégias de desenvolvimento nacional e estratégias de desenvolvimento continental para medir as alternativas e descobrir as lacunas que impossibilitam sua realidade.

Os desafios atuais em vários países na África no que tange ao desenvolvimento assentam para uma mobilização local, assumindo dinâmicas de apropriação e visões da própria comunidade em matéria do bem-estar social e servir de protagonismo inédito enquanto forças de geração de paradigmas que evidenciam e garante possibilidades de transformação local com consequência para estrutura social doméstica. Na Guiné-Bissau, iniciativas através das forças produtivas sociais de um conjunto de mecanismos que requerem parcerias em torno de atingir objetivos promissores devem assumir o sentido do desenvolvimento sem papel direto do primeiro setor, a isso podemos chamar

do desenvolvimento endógeno-integrado em que cada sujeito, segmentos, sinais, símbolos e possibilidades constituem um episódio histórico para alternativas emergentes.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática a teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 4, 2018. Disponível em: <http://cea.revues.org/1573>. Acesso em: 20 nov. 2018.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ARRIGHY, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARROS, Miguel. Da solidariedade à estruturação de mercados geoestratégicos e propagação do neoliberalismo em África – a cooperação para o desenvolvimento nos PALOP. **Mundo Crítico**, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.mundocritico.org/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Política Externa da Guiné – Bissau; crises multidimensionais; rupturas constitucionais; e a questão das múltiplas pertencas identitárias na formação do Estado/Nação - O papel da ONU, CPLP, UA, CEDEAO para Guiné – Bissau. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: 2013, [s.p.]. Disponível em: <http://www.encontronacional2013-abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=8>. Acesso em: 08 fev. 2017.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização – Notas Críticas Soltas**. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Carlos\\_CastelBranco/publication/284721433\\_Alternativas\\_Africanas\\_para\\_o\\_desenvolvimento\\_e\\_impacto\\_da\\_globalizacao/links/565739a408ae1ef9297ba39b.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Carlos_CastelBranco/publication/284721433_Alternativas_Africanas_para_o_desenvolvimento_e_impacto_da_globalizacao/links/565739a408ae1ef9297ba39b.pdf). Acesso em: 15 nov. 2018

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. O Subdesenvolvimento e a Luta pela Independência Econômica. As mudanças econômicas na África e seu contexto mundial. *In*: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África-vol. VIII**. África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

CORREIA, Armando Arnaldo. **Uma análise interdisciplinar sobre as epistemologias na África: o caso de Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2017.

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. *In*: KI-ZERBO, Joseph (Org). **História Geral da África-vol. I. Metodologia e pré-história da África.** 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento: Um instrumento em prol do desenvolvimento?. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2281>. Acesso em: 16 nov. 2018.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GUINÉ-BISSAU 2025. **Plano estratégico e operacional 2015-2020 “Terra Ranka”.** Documento II: Relatório Final. 2016. Disponível em: [extwprlegs1.fao.org/docs-pdf/gbs176530.pdf](http://extwprlegs1.fao.org/docs-pdf/gbs176530.pdf). Acesso em: 10 nov. 2018.

HAFFNER, Jacqueline A.; VIANA, Genivone Etmy Sequeira. União Africana (U.A): desafios e oportunidades da integração. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/38134>. Acesso em: 01 mar. 2019.

KANBUR, Ravi. **O Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares (MAEP):** Uma Avaliação de Conceito e Plano. 2014. Disponível em: [www.adelinotorres.info/.../felizberto\\_semedo\\_nepad\\_em\\_africa.pdf](http://www.adelinotorres.info/.../felizberto_semedo_nepad_em_africa.pdf). Acesso em: 05 jul. de 2019.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Palhas, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução. *In*: KI-ZERBO, Joseph (Org). **História Geral da África-vol. I. Metodologia e pré-história da África.** 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LATOUCHE, Serge. Pode a África contribuir para resolver a crise do ocidente? 2004. Disponível em: [www.redalyc.org/.../A+ÁFRICA+PODE+CONTRIBUIR+PARA+RE](http://www.redalyc.org/.../A+ÁFRICA+PODE+CONTRIBUIR+PARA+RE). Acesso em: 08 mai. de 2016.

LOPES, Carlos. O desenvolvimento desigual no pensamento de Samir Amin. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 2, p. 79-105, 1986.

MARCIO, Pochmann. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. *In*: SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MAYALL, Lames B. L. **A África e a Ordem Internacional.** 1980. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2886/1/NeD16\\_JamesMayall.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2886/1/NeD16_JamesMayall.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

OGOT, B. A. A História das Sociedades Africanas de 1500 a 1880: Conclusão. *In*: Bethwell Allan Ogot (Org). **História Geral da África-vol. V. África do Século XVI ao XVIII**– Brasília: UNESCO, 2010.

POPULATIONPYRAMID. 2019. **Pirâmides Populacionais do Mundo desde 1950 até 2100**. Disponível em: <https://www.populationpyramid.net/pt/%C3%A1frica/2018/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In*: SADER, Emir. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

SANGREMAN, Carlos. **O desenvolvimento e o bem-estar na África Sub saariana: Alternativas de medida e avaliação no caso da cidade Bissau Republicada Guiné-Bissau**. 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Carlossangreman.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Ed. do Autor, 2015.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063**. 2018. Disponível em: <https://au.int/agenda2063>. Acesso em: 09 mai. 2017.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2013: versão popular**. 2014. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063/popular-version> Acesso em: 09 mai. 2017.

VAZ, Carlos. **Guiné-Bissau Submete Bruxelas sua Visão Estratégica De Desenvolvimento**. 2015. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/wp-content/uploads/2015/03/A-VIS%C3%83O-ESTRAT%C3%89GICA-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-GUIN%C3%89.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.